

O PROCESSO DE ESCOLHA POR UM CURSO SUPERIOR APÓS A “LEI DE COTAS” E O ENEM/SISU: O CASO DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFV CAMPUS VIÇOSA

Amanda Leal Castelo Branco

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, Brasil.
E-mail: <amandalealcb@gmail.com>.

Gínia Cezar Bontempo

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, Brasil.
E-mail: <giniabt@ultimato.com.br>.

Ana Claudia Lopes Chequer Saraiva

Universidade Federal de Viçosa (UFV), Viçosa, MG, Brasil.
E-mail: <aclaudia@ufv.br>.

Shirlena Campos de Souza Amaral

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.
E-mail: <shirlenacsa@gmail.com>.

RESUMO

O objetivo desse artigo é apresentar os resultados de uma pesquisa que nos possibilitou refletir a respeito do processo de escolha por um curso superior, especificamente pelos cursos de licenciatura, após a adesão da UFV *campus* Viçosa à “Lei de Cotas” e ao ENEM/SISU no ano de 2012. A abordagem da pesquisa é quantitativa. Os dados referentes à relação candidato/vaga e à pontuação mínima necessária para ingresso nos cursos de licenciatura foram retirados do sítio dos processos seletivos da UFV e analisados por meio da estatística descritiva e dos referenciais teóricos da sociologia da educação. Os resultados apontam a ocorrência de autosseleção socioeconômica e cultural na escolha dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas (noturno), Educação Infantil, Licenciatura em Dança, entre outros, que até o processo seletivo do ano de 2011, apresentavam histórico de baixa relação candidato/vaga e que, a partir de 2012, tornaram-se mais concorridos que cursos tradicionalmente pleiteados da instituição, como Licenciatura em Ciências Biológicas (integral), porém, mantiveram baixas pontuações mínimas para ingresso. A escolha por um curso superior via processo de autosseleção socioeconômica e cultural é uma escolha baseada no possível em detrimento do desejado, e em última análise, levaria os sujeitos a evadirem ou a traçarem estratégias de correção da escolha.

Palavras-chave: Processo de escolha. Cursos de licenciatura. Políticas de ação afirmativa.

1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, o ensino superior brasileiro é excludente e reflete as desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais do país (SANTOS; CERQUEIRA, 2009). Buscando solucionar esse e outros problemas de desigualdade social, nas últimas décadas, políticas públicas têm sido formuladas em diferentes níveis do governo com o objetivo de impulsionar as bases da igualdade e da justiça na sociedade brasileira. Nesse contexto, as políticas e programas de ação afirmativa, como o sistema de cotas para estudantes negros e egressos da rede pública, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU), passaram a ocupar o centro dos debates sobre o acesso ao ensino superior público brasileiro (AMARAL; MELLO, 2012).

No âmbito estadual, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) foram as primeiras Instituições de Ensino Superior (IES) a aderirem às políticas afirmativas para acesso ao ensino superior, no processo vestibular do ano de 2002, para ingresso em 2003. Entre as universidades federais, a Universidade de Brasília (UNB) foi a pioneira, no ano de 2004. Somam-se a estas, diversas iniciativas isoladas em outra IES.

Seguindo a premissa de inclusão social, no ano de 2012, em meio a opiniões favoráveis e contrárias advindas tanto da comunidade acadêmica quanto de outros segmentos sociais, foi aprovada a Lei Federal 12.711/2012 (BRASIL, 2012) que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público.

Nesse contexto, orientada pela legislação supracitada, a partir do ano de 2012, a Universidade Federal de Viçosa (UFV) adotou a “Lei de Cotas”. No mesmo ano, tomou o ENEM/SISU como principal instrumento de seleção dos estudantes. Em uma pesquisa de mestrado que avaliou o processo de escolha de estudantes universitários pelos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas (noturno e integral) da UFV *campus* Viçosa, Castelo Branco (2015) evidenciou que após estas adesões, cursos de licenciatura tradicionalmente pouco concorridos tornaram-se expressivamente mais disputados que aqueles historicamente marcados por uma alta relação candidato/vaga. No entanto, esse aumento da concorrência não foi

acompanhado pelo aumento da pontuação mínima para ingresso.

Diante disso, o objetivo desse trabalho é apresentar os resultados dessa pesquisa que nos possibilitou refletir a respeito do processo de escolha por cursos de licenciatura após a adesão da UFV *campus* Viçosa à “Lei de Cotas” e ao ENEM/SISU. Esse objetivo será cumprido, primeiramente, por meio de uma incursão na literatura científica, refletindo acerca do processo de escolha por um curso superior e dos meandros da “Lei de Cotas” e do ENEM/SISU como políticas afirmativas para acesso ao ensino superior. Na segunda parte compartilhamos os dados da pesquisa abordando inicialmente a relação candidato/vaga nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas (noturno e integral) da UFV *campus* Viçosa e a pontuação mínima para ingresso nos mesmos. Em seguida, estabelecemos comparações com os demais cursos de licenciatura da instituição.

2 O PROCESSO DE ESCOLHA POR UM CURSO SUPERIOR

Nesse trabalho estabelecemos um diálogo com o campo da Sociologia da Educação, tomando como referencial teórico os trabalhos de Cláudio Marques Martins Nogueira a respeito da escolha por um curso superior. O referido autor dialoga com as teorias de Pierre Bourdieu e Bernard Lahire, afirmando, inicialmente, que as diversas pesquisas sobre a escolha do curso superior apontam para duas conclusões básicas: a primeira refere-se ao fato de os indivíduos não se distribuírem aleatoriamente entre os diversos cursos em função de supostas preferências ou interesses de natureza idiossincrática. De maneira geral, nos processos seletivos para ingresso no ensino superior os indivíduos tendem a se candidatar aos diversos cursos em função do seu perfil socioeconômico, escolar, cultural e de variáveis pessoais (NOGUEIRA, 2004; 2010).

A segunda constatação de Nogueira (2004) refere-se aos processos de autoseleção. No estudo que posteriormente vamos apresentar abordamos a autoseleção socioeconômica relacionada ao fato dos indivíduos com perfil socioeconômico e cultural menos favorecidos, das camadas populares, se anteciparem ao processo seletivo formal e serem mais cautelosos na escolha, optando por cursos com maior facilidade de ingresso, mas,

com menor prestígio. De acordo com Gatti (2009), Diniz-Pereira (2011) e Souza e Aranha (2014) os cursos de licenciatura, em geral, enquadram-se nessa categoria. Ao contrário, indivíduos com perfil socioeconômico e cultural mais favorável se arriscam mais na escolha e optam por cursos mais prestigiosos. Em suma, os indivíduos parecem “conhecer o seu lugar” (PAUL; SILVA, 1998, *apud* NOGUEIRA, 2004).

Para explicar os casos de autoseleção na escolha pelo curso superior, Claudio Marques Martins Nogueira recorre ao conceito de capital cultural e à noção *habitus*. De acordo com Bourdieu (1998), o indivíduo, no decorrer de sua trajetória, dependendo de suas condições materiais e sociais de existência e, por conseguinte, do ambiente onde vive, das pessoas com quem se relaciona e das práticas sociais que realiza, pode vir a acumular o chamado capital cultural, incorporado como herança cultural e social, transmitido pela família ao longo da sua vida.

O capital cultural, por sua vez, herdado principalmente dos pais, influencia diretamente na formação do capital cultural dos filhos, não só por ser transmitido a eles, mas por determinar, muitas vezes, a permanência ou não, do indivíduo na escola; a substituição de uma escola por outra com valores diferenciados; a escolha do curso superior e a percepção das reais condições de acesso aos mesmos (SARAIVA; FERENC, 2010). Em outras palavras, pode-se dizer que, em matéria de escolarização, o capital cultural tem papel de destaque e influencia direta sobre o sucesso ou insucesso dos indivíduos.

Esse processo de incorporação da herança cultural e social pelo indivíduo é explicado por Bourdieu por meio da noção de *habitus*. Tal noção faz referência às predisposições duráveis do modo de agir, pensar, viver e portar-se dos indivíduos. O *habitus* é adquirido pelo convívio social e principalmente familiar, de modo que “os gostos mais íntimos; as preferências; as aptidões; as posturas corporais; a entonação da voz; e as aspirações relativas ao futuro profissional; tudo, absolutamente tudo, seria socialmente constituído” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 19). Complementando, Saraiva e Ferenc (2010) afirmam que o meio social e familiar em que o indivíduo está inserido interfere diretamente em suas atitudes, pois, atribui uma dimensão simbólica ou cultural à produção e reprodução da vida social.

O *habitus* interfere ainda, na ação dos indivíduos no campo, que é compreendido como espaços sociais no qual determinado tipo de bem

é produzido, consumido e classificado. A universidade é, portanto, um campo, no qual, além do conhecimento, é produzido o diploma de um curso superior. Segundo Bourdieu (1983), para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputarem o jogo, dotadas de *habitus*, que implica conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo e dos objetos de disputa. Nessa perspectiva, a origem social e cultural dos sujeitos torna-se um elemento esclarecedor de suas trajetórias escolares, dos seus saberes, das atitudes, das possibilidades de relações e das posições hierárquicas que serão estabelecidas nos espaços sociais (SARAIVA; FERENC, 2010).

Sendo assim, a noção de *habitus* apresenta uma explicação para os casos de autoseleção na escolha do curso superior, ou seja, para o fato de os indivíduos tenderem a escolher cursos mais ou menos seletivos, prestigiosos e rentáveis, à medida que sua idade, e perfil social, escolar e cultural, se mostrem mais ou menos favoráveis (NOGUEIRA, 2004). Tal noção oferece possibilidade para compreensão do processo de escolha por um curso superior, pois, oferece suporte teórico para se entender que as percepções, os gostos e as preferências envolvidas nessa escolha seriam formados a partir das condições sociais e culturais nas quais o indivíduo foi socializado (NOGUEIRA, 2004).

A tese de causalidade do provável é útil a essa compreensão:

o fato de ter chances positivas ou negativas de ser, ter ou fazer qualquer coisa predispusse, predestinando, a agir de modo a que essas chances se realizem. Com efeito, a causalidade do provável é o resultado dessa espécie de dialética entre o *habitus*, cujas antecipações práticas repousam sobre toda experiência anterior, e as significações prováveis, isto é, o dado que ele toma como uma apercepção seletiva e uma apreciação oblíqua dos índices do futuro para cujo advento deve contribuir (coisas ‘a serem feitas’, ‘a serem ditas’ etc.): as práticas são o resultado desse encontro entre um agente predisposto e prevenido e um mundo presumido, isto é, pressentido e prejulgado, o único que lhe é dado conhecer (BOURDIEU, 1998, p. 111).

Expandido a compreensão da escolha por um curso superior para além da perspectiva bourdieusiana que oferece um prisma de compreensão coletivo e macrossociológico, Nogueira (2004) agrega às suas reflexões as contribuições de Ber-

nard Lahire, que lança as bases para uma compreensão sociológica em escala individual. Para Lahire (1997, *apud* NOGUEIRA, 2004), a escolha profissional é feita também, em função da mobilização dos sujeitos; das estratégias por eles construídas; e das decisões tomadas.

Não se pode explicar a escolha do curso superior de um indivíduo específico simplesmente a partir do conhecimento do seu pertencimento a uma dada categoria social. O máximo que esse pertencimento nos diz é que há uma probabilidade maior ou menor de que a escolha desse indivíduo recaia sobre determinado curso (NOGUEIRA, 2004, p. 100).

Em face dessas considerações, concordamos com Nogueira *et al.* (2010) ao afirmarem que compreender sociologicamente o processo de escolha por um curso superior não é tarefa fácil. Por um lado, numa escala macrosociológica, essa escolha é mais ou menos predeterminada, uma vez que a trajetória passada, o capital cultural acumulado, o *habitus*, e conjunto de informações dos indivíduos a respeito do sistema universitário, dos diferentes cursos de graduação e do mercado de trabalho interferem nessa escolha. Por outro lado, não se pode excluir completamente o indivíduo que escolhe a partir de seus gostos, preferências, afinidades, expectativas e projetos de vida.

3 A POLÍTICA DE COTAS E O SISTEMA DE SELEÇÃO UNIFICADA (SISU) COMO POLÍTICAS AFIRMATIVAS PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR

No entendimento de Queiroz (2003) e Santos e Cerqueira (2009), o acesso ao ensino superior, historicamente, esteve relacionado ao alcance e manutenção de privilégios, o que explica o seu caráter fortemente seletivo e excludente para as camadas populares, detentoras de baixo capital econômico, social e cultural. Essa mesma compreensão é compartilhada por Zago (2006, p. 228) ao afirmar que no Brasil há “uma grande maioria excluída do sistema de ensino superior brasileiro, sobretudo se considerarmos que, na faixa etária de 18 a 24 anos, apenas 9% frequenta esse nível de ensino, um dos percentuais mais baixos do mundo, mesmo entre os países da América Latina”.

Buscando solucionar essa problemática que, em última análise, refere-se à destituição do direito à educação (GUIMARÃES, 2007) faz-necessário destacar o pioneirismo da UERJ e da UENF na adoção de um sistema de cotas para estudantes negros e oriundos de escolas públicas no vestibular do ano de 2002. Assinalamos, ainda, que a UENF foi a primeira universidade estadual a aderir ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), logo em sua primeira edição, no ano de 2009 (AMARAL; MELLO, 2012).

Entendemos a partir de Amaral e Mello (2012), que o sistema de cotas e o ENEM/SISU¹ são políticas afirmativas, que conjugadas, mostraram-se mais eficazes para inclusão social e ampliação do acesso de minorias raciais e grupos sociais economicamente e culturalmente desfavorecidos à universidade. Assim, nos dizeres de Amaral (2009), nos últimos anos o ensino superior configurou-se como uma das principais áreas em que foram implantados políticas e programas de ação afirmativa definida como:

Conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional praticada no passado, bem como para corrigir os efeitos da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego (GOMES, 2001, p. 40).

Ademais, as ações afirmativas têm como meta a implantação de certa diversidade e de uma maior representatividade dos grupos minoritários nos mais diversos ramos de atividade pública e privada. Estas têm o potencial de eliminar as barreiras invisíveis e artificiais que emperram o avanço de grupos minoritários e socialmente excluídos. As ações afirmativas têm, ainda, o potencial de criar personalidades emblemáticas, ou seja, exemplos vivos de mobilidade social ascendente que inspirariam e incentivariam as gerações mais novas de grupos minoritários à busca por bens essenciais como a educação (GOMES, 2001).

¹ Algumas características do ENEM/SISU nos permitem entendê-los como políticas de ação afirmativa para ingresso no ensino superior: a gratuidade do ENEM para estudantes da 3ª série do Ensino Médio; a não necessidade de deslocamento do estudante para outras cidades e até mesmo, para outros estados para realização do processo seletivo específico; e a possibilidade de escolha de dois cursos em diferentes instituições e consequentemente, a diminuição do risco de não ser aprovado.

Rememorando brevemente o histórico do movimento de implementação da política de cotas no Brasil, Amaral (2006) afirma que na década de 90, no governo de Fernando Henrique Cardoso, por meio de decreto presidencial, foi criado o Grupo de Trabalho Interministerial de Valorização da População Negra (GTI-População Negra), com o propósito de estabelecer uma interlocução política com o Movimento Negro Brasileiro. Essa iniciativa ocorreu no âmbito do Programa Nacional dos Direitos Humanos, desenvolvido em 1996, o qual traçou metas de valorização da população negra na sociedade brasileira. No mesmo ano, na abertura do Seminário Internacional “Multiculturalismo e Racismo”, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, reconheceu oficialmente o Brasil como um país racista e reiterou a necessidade de superação dessa prática excludente (CARDOSO, 1997).

Ainda dialogando com Amaral (2006, p. 4), “parece ter sido esse o caminho para a prática”. Segundo a autora, em julho de 2001, ocorreu a I Conferência Nacional Contra o Racismo e a Intolerância, no Rio de Janeiro. E em agosto do mesmo ano, sucedeu, em Durban, na África do Sul, a III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Em função dessas conferências, diversas iniciativas foram efetuadas pelo governo brasileiro, dentre estas, a instituição de “Programa de Ações Afirmativas” no âmbito educacional.

Nesse contexto, a partir de 2001, ganhou força entre as autoridades brasileiras a disposição para implementar as políticas e programas de inclusão social, concretizando o posicionamento acerca da necessidade de um tratamento positivamente distinto a grupos sociais que se encontravam em posições desvantajosas devido à desigualdade social e à discriminação de que são vítimas reais (AMARAL, 2006). Em face desses debates, algumas universidades federais, a exemplo do que já havia ocorrido nas universidades estaduais do estado do Rio de Janeiro, tomaram iniciativas isoladas de implementação de políticas de cotas. Merece destaque a Universidade de Brasília (UNB), primeira Instituição de Ensino Superior Federal a adotar um sistema de cotas raciais para ingresso, por meio do vestibular, a partir do segundo semestre de 2004 (MAIO; SANTOS, 2005).

Todavia, a implementação da política de cotas nas universidades gerou e ainda gera debates quanto à propriedade das cotas raciais no Brasil:

Não estamos convencidos de que seja possível “corrigir” séculos de desigualdade de qualquer ordem, racial ou não, por meio de uma política de custo zero. Afinal, a política de cotas não tem custo material algum. Os nossos “nativos” indicaram muitos custos de outra ordem. O argumento de que as cotas acabarão incentivando animosidades “raciais” não pode ser facilmente descartado, porque a sua lógica é cristalina. Não se vence o racismo celebrando o conceito “raça”, sem o qual, evidentemente, o racismo não pode existir. Iniciativas de ação afirmativa oriundas da sociedade civil produzem consequências semelhantes para aquelas poucas pessoas envolvidas. Mas quando cotas raciais se tornam política de Estado, determinando a distribuição de bens e serviços públicos, ninguém escapa à obrigação de se submeter à classificação racial bipolar. O impacto sobre a sociedade como um todo não pode ser subestimado, portanto. Em segundo lugar, como tentamos demonstrar, nada nos convence que a solução “universalista” foi, de fato, esgotada. Em terceiro lugar, imaginávamos que os nossos governantes pudessem ter tido um pouco mais de cuidado antes de abandonar um projeto nacional pautado no não racismo (MAGGIE; FRY, 2004, p. 77).

O fato é que em meio a resistências e críticas advindas tanto da comunidade acadêmica quanto da sociedade civil, em 2012, foi aprovada a Lei 12.711/2012 que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. As demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência. As vagas reservadas às cotas são subdivididas: metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio *per capita* e metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio. Em ambos os casos, é levado em conta o percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas no estado, de acordo com o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nesse contexto, embora ainda estejamos longe do ideal, atualmente já podemos dizer que a presença de grupos menos favorecidos no ensino superior é maior que em décadas passadas. Neto (2014), em estudo que analisou as tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no

Brasil utilizando dados da PNAD e dos Censos Demográficos, ao longo das últimas três décadas (1982-2010), constatou que:

as chances de estudantes chegarem ao ensino superior são influenciadas pelas origens socioeconômicas, pela estrutura familiar, pelo grupo racial, gênero, inserção no mercado de trabalho e localização regional. As tendências observadas apontam para a estabilidade, entre 1982 e 2010, do efeito da classe social e da estrutura familiar, e para aumento das vantagens das mulheres. Por outro lado, indicam a diminuição das desvantagens de estudantes que precisam ou escolhem trabalhar, assim como de grupos de cor e de estudantes cujos pais têm alcance educacional limitado, ou seja, é possível afirmar que tem havido redução das desigualdades nestas três dimensões nos últimos anos. A expansão do sistema e dos cursos noturnos, que permitem aos estudantes trabalhar e frequentar cursos superiores, a melhoria das condições para os grupos de cor, assim como o maior incentivo de pais com pouca escolaridade, têm feito diferença significativa no que concerne ao acesso a este nível (NETO, 2014, p. 437).

Atualmente, para além da necessária reivindicação social por continuidade da ampliação do acesso ao ensino superior é necessário que a comunidade científica avalie os rumos das políticas de inclusão, especialmente, no que tange à escolha pelo curso superior e à permanência dos estudantes cotistas nas universidades. De acordo com Zago (2006), a presença das camadas populares no ensino superior não oculta as reais diferenças sociais entre os estudantes, que se manifesta na composição social dos cursos, ou seja, na escolha dos cursos superiores e no exercício da vida acadêmica. Assim, compartilhamos do entendimento que as políticas de acesso ao ensino superior cumprirão seus objetivos de inclusão social dos grupos menos favorecidos se, para além do acesso, os estudantes cotistas permanecerem na instituição e alcançarem o sucesso acadêmico, profissional e pessoal.

4 AUTOSSELEÇÃO SOCIOECONÔMICA E CULTURAL NA ESCOLHA PELOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFV CAMPUS VIÇOSA

As reflexões a respeito do processo de escolha por um curso superior, especificamente pelos cursos de licenciatura, após a adesão da UFV *campus* Viçosa à “Lei de Cotas” e ao ENEM/SISU, foram realizadas por meio de uma pesquisa de abordagem quantitativa que possibilita aos pesquisadores buscarem expressar as relações de dependência entre variáveis para tratar os fenômenos. Ela procura identificar os elementos constituintes do objeto estudado, estabelecendo a estrutura e a evolução das relações entre os elementos (GOLDENBERG, 1999).

Os dados referentes à relação candidato/vaga e à pontuação mínima para ingresso nos cursos de licenciatura da instituição foram retirados do sítio dos processos seletivos da UFV, <http://www.pse.ufv.br>, e analisados por meio de estatística descritiva, que oferece a descrição das características de determinada população ou fenômeno e o estabelecimento da relação entre as variáveis (GIL, 1999).

Tendo em vista que essas análises são oriundas de uma pesquisa de mestrado (CASTELO-BRANCO, 2015), realizada nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas (noturno e integral) da UFV *campus* Viçosa, tais cursos foram tomados como ponto de partida para as comparações e inferências a respeito das demais licenciaturas.

Assim, na Figura 1, apresentamos a relação candidato/vaga nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas (noturno e integral) da UFV *campus* Viçosa nos últimos dez processos seletivos.

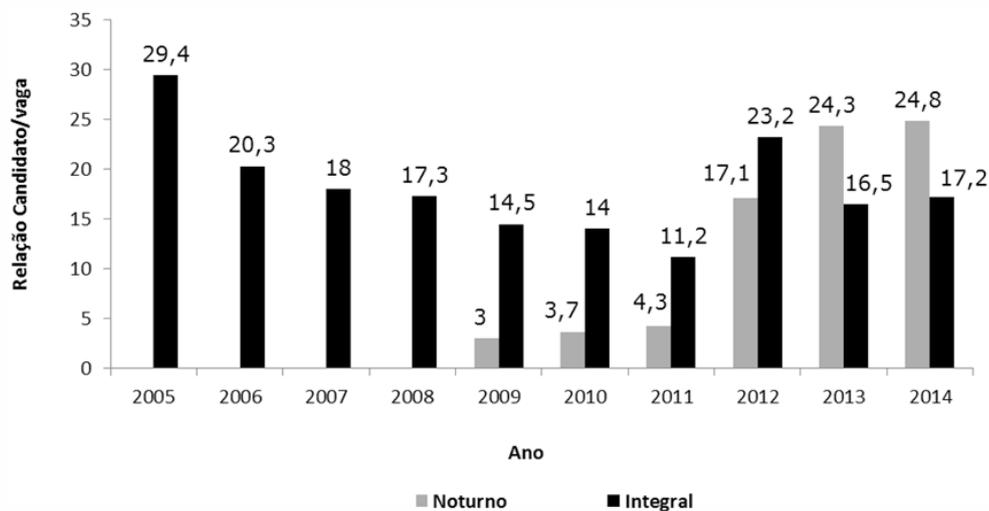


Figura 1. Relação candidato/vaga dos cursos integral e noturno nos últimos dez processos seletivos.

Fonte: Castelo-Branco (2015).

Analisando o gráfico, observamos que em 2005, com uma relação de 29,4 candidatos/vaga, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (integral) foi o mais concorrido da UFV *campus* Viçosa, inclusive quando comparamos a cursos tradicionalmente concorridos da instituição como Direito e Medicina Veterinária que, na ocasião, apresentaram uma relação de 28,5 e 28,4 candidatos/vaga, respectivamente. Para compreendermos essa relevante relação candidato/vaga do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (integral) faz-se necessário ressaltar que este possui 45 de anos de tradição; é um curso de excelência, de acordo com o Índice Geral de Cursos (IGC); e sua imagem está fortemente associada ao bacharelado, pois, o estudante que ingressava na Licenciatura em Ciências Biológicas (integral) tinha a possibilidade de cursar também o Bacharelado em Ciências Biológicas (CASTELO-BRANCO, 2015).

De 2006 a 2011 observamos uma queda contínua da concorrência pelo turno integral. A redução da concorrência por cursos de licenciatura ou que oferecem essa modalidade tem sido relatada com frequência pelas pesquisas do campo da formação de professores e atribuída à baixa atratividade da carreira docente (GATTI, 2010; PEREIRA, 2011; SOUZA; ARANHA, 2013).

Segundo Gatti (2009), a baixa atratividade da carreira docente deve ser analisada a partir das características atuais da profissão e do trabalho docente e dos cursos de formação de professores. A feminização do magistério; os baixos salários dos professores; a precarização e intensificação do

trabalho docente; a violência nas escolas; a desvalorização social da docência, dentre outras variáveis, repercutem diretamente no desinteresse dos sujeitos pelos cursos de licenciatura.

Nos dizeres de Nóvoa (1995), vivenciamos um crise da profissão docente que manifesta-se no mal estar e na desmotivação do professorado, nos elevados índices de absentismo e de abandono da carreira docente, na insatisfação profissional traduzida numa atitude de desinvestimento e de indisposição para uma reflexão crítica sobre a prática docente, além de uma autodepreciação, acompanhada por um sentimento generalizado de desconfiança em relação às competências e à qualidade do trabalho dos professores. Ao mesmo tempo, para Diniz-Pereira (2011), a formação de professores demanda urgentemente o rompimento com modelos de racionalidade técnica de formação profissional, e a superação da visão aplicacionista e do discurso prescritivo.

Em 2009, ocorreu o primeiro processo seletivo, para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (noturno) e a concorrência foi de apenas 3 candidatos/vaga. Nos anos de 2010 e 2011 houve aumento discreto da concorrência pelo noturno e persistiu a queda da concorrência pelo integral.

Em 2012, ano de adesão da universidade ao ENEM/SISU e à “Lei de Cotas” observamos um salto na relação candidato/vaga de ambos os cursos. O noturno aumentou em 396% a sua relação candidato/vaga e o integral 96%. Embora o integral tenha permanecido mais concorrido que o noturno, o incremento da relação candidato/vaga no

segundo foi expressivamente maior. Nos anos, seguintes, 2013 e 2014, observamos uma inversão na relação candidato/vaga e o noturno foi 47% e 44%, respectivamente, mais concorrido que o integral.

Todavia, conforme apresentado na Figura 2, no ano de 2014 a pontuação mínima para ingresso no noturno foi menor que no integral.

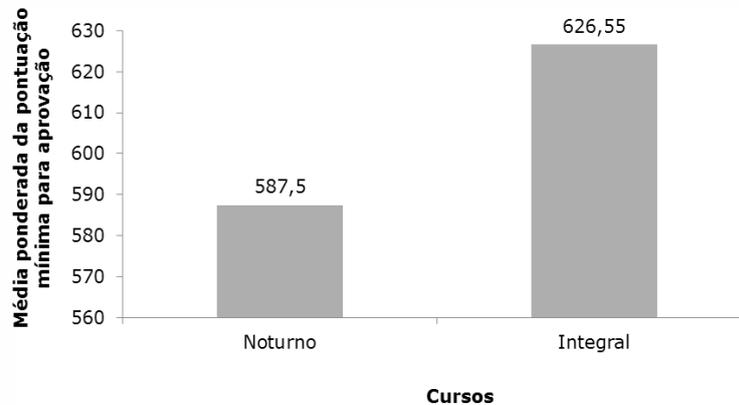


Figura 2. Média ponderada da pontuação mínima para ingresso nos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas (noturno e integral) da UFV campus Viçosa no ENEM/SISU/2014.

Fonte: Castelo-Branco (2015).

Apesar de em 2014, o noturno ter apresentado maior relação candidato/vaga que o integral, sua pontuação mínima para ingresso foi menor, ou seja, o estudante precisava ter um desempenho maior para ser aprovado no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (integral).

Ao analisar o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes ingressantes no ano de 2014, nos curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (noturno e integral) da UFV campus Viçosa, Castelo-Branco (2015) constatou que 56% dos estudantes do noturno trabalhavam ou já haviam trabalhado em algum momento da vida e, na ocasião do ENEM, 40% estavam desenvolvendo alguma atividade remunerada. Entre os ingressantes do integral, 32% trabalhavam ou já haviam trabalhado e apenas 13% estavam exercendo atividades remuneradas na ocasião do ENEM. Em relação à renda familiar dos ingressantes do noturno e integral, 37,5 % das famílias dos primeiros possuíam renda familiar de 1 a 2 salários mínimos e renda per capita de aproximadamente R\$ 362,00, enquanto, 32,4% e 17,7% das famílias dos segundos possuíam renda de 5 a 10 salários mínimos e 10 a 30 salários mínimos, determinando uma renda per capita de R\$ 1.810,00 e R\$ 5.430,00.

Em relação ao perfil cultural, 62% dos estudantes ingressantes no noturno frequentaram apenas escolas públicas e 50% dos estudantes ingressantes do integral cursaram apenas escola particular; os pais dos estudantes do noturno não concluíram a educação básica (estudaram em

média 9,2 anos) e as mães concluíram apenas este nível de ensino (estudaram em média 11 anos). Em contrapartida, os pais dos estudantes do integral cursaram a educação básica (estudaram em média 11 anos) e as mães cursaram ensino médio (estudaram em média 14 anos). Além disso, 30% dos estudantes ingressantes do noturno possuíam proficiência em língua estrangeira, enquanto, 60% dos estudantes ingressantes do integral possuíam a mesma habilidade. Em suma, os estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (noturno) da UFV campus Viçosa possuem menor capital econômico e cultural², quando comparado aos estudantes ingressantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (integral) (CASTELO-BRANCO, 2015).

Ademais, outros trabalhos importantes do campo da formação de professores, como o de Gatti (2009), são enfáticos ao abordarem o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes dos cursos de licenciatura.

O perfil sócio-econômico de quem escolhe o magistério mudou nos últimos anos, sendo a maioria pertencente a famílias das classes C e D. Além disso, pelos resultados consolidados nas análises do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM - INEP/MEC, 2008) são alunos que têm

2 Inferido a partir do nível de escolaridade dos pais (quanto maior o nível de escolaridade, maior o capital cultural); tipo de escola frequentada (estudantes oriundos de escola pública são considerados de menor capital cultural) e proficiência em língua estrangeira (CASTELO-BRANCO, 2015).

dificuldades com a língua, com a leitura, escrita e compreensão de texto, a maioria proveniente dos sistemas públicos de ensino, que tem apresentado nas diferentes avaliações um baixo desempenho. Em resumo, trata-se de alunos que tiveram dificuldades de diferentes ordens para chegar ao ensino superior. São estudantes que, principalmente pelas restrições financeiras, tiveram poucos recursos para investir em ações que lhes permitissem maior riqueza cultural e acesso a leitura, cinema, teatro, eventos, exposições e viagens (GATTI, 2009, p. 14).

De acordo com os dados apresentados, apreendemos que a alta concorrência pelo curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (noturno) da UFV *campus* Viçosa após a adesão da instituição à “Lei de cotas” e ao ENEM/SISU, é um indicativo considerável de autoseleção socioeconômica e cultural na escolha do referido curso. Nesse caso, os estudantes cotistas, ingressantes via ENEM/SISU, estariam optando pelo possível em detrimento do desejado.

Estas considerações ganham consistência no diálogo com Bourdieu (1998), ao afirmar que os sujeitos oriundos das camadas populares, como os estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (noturno), em função de um *habitus* próprio dessa classe social, aprenderiam ao longo da vida e das experiências de sucesso e/ou fracasso no sistema escolar o que seria objetivamente possível para indivíduos com suas características econômicas e culturais. Assim, candidatar-se-iam a cursos historicamente pouco concorridos, entretanto, com maior facilidade de ingresso. Os escritos de Nogueira e Nogueira (2002) são úteis a essa compreensão:

os grupos sociais a partir dos exemplos de sucesso e fracasso no sistema escolar vividos por seus membros, constituem uma estimativa de suas chances objetivas no universo escolar e passam a adequar, inconscientemente, seus investimentos a essas chances (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 23).

Analisando a relação candidato/vaga e a pontuação mínima para ingresso nos demais cursos de licenciatura da instituição, também observamos o aumento significativo da relação candidato/vaga em cursos tradicionalmente pouco concorridos, sem o devido aumento na pontuação mínima para ingresso. Na Tabela 1 apresentamos a relação candidato/vaga dos demais cursos de licenciatura

da UFV *campus* Viçosa, e a média ponderada da pontuação mínima para ingresso em cada um deles no ano de 2014.

Tabela 1- Relação candidato/vaga e média ponderada da pontuação mínima para ingresso nos cursos de licenciatura da UFV *campus* Viçosa.

Curso	Relação candidato/vaga	Média ponderada ³ da pontuação mínima para ingresso
Educação Infantil	37,2	523
Pedagogia	33,5	566
Educação Física	36	602
Dança	28,8	441
CBL- noturno*	24,8	587,5
LCM*	18,1	541
Geografia	17,4	593
Historia	17,3	577,6
CBL- integral*	17,2	626,5
Letras	16,3	565
LCQ*	14,4	553,8
LCF*	13,4	526,6
Matemática	8,1	551
Química	8,1	554,9
Física	7,8	553,8

Fonte: Castelo-Branco (2015).

* CBL: Ciências Biológica Licenciatura; LCM: Licenciatura em Matemática; LCQ: Licenciatura em Química; LCF: Licenciatura em Física.

Em 2014, o curso de Educação Infantil foi o curso de licenciatura com maior relação candidato/vaga, mas com a segunda menor pontuação mínima para ingresso. Desde o primeiro processo seletivo para o curso de Educação Infantil, em

3 A média ponderada foi calculada a partir do número de vagas disponíveis para cada grupo discriminado na Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, a saber: ampla concorrência; alunos de escola pública com renda familiar menor ou igual a 1,5 salários mínimos dividido em pretos, pardos, índios e outros; e alunos de escola pública com renda familiar maior que 1,5 salários mínimos dividido em pretos, pardos, índios e outros e da pontuação mínima necessária para ingresso em cada um dos cursos e categoria de concorrência.

2005, até 2011, antes da adesão da universidade ao SISU e à “Lei de Cotas”, o mesmo apresentava uma média aritmética de apenas 2,5 candidatos/vaga.

Os cursos de Pedagogia, Educação Física e Licenciatura em Ciências Biológicas (noturno) eram, respectivamente, a segunda, terceira, quarta e quinta licenciatura mais concorrida, mas possuíam nota mínima para ingresso menor que a Licenciatura em Ciências Biológicas (integral) - o nono curso em termos de relação candidato/vaga, mas com a maior pontuação mínima para ingresso. Nos vestibulares de 2006 a 2011, os cursos de Pedagogia, Dança, Educação Física e Licenciatura em Ciências Biológicas (integral) tiveram em média, respectivamente, 5,3; 2,8; 5,5 e 15,8 candidatos/vaga. De 2009 (ano de criação do noturno) a 2011, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (noturno) teve em média, 3,6 candidatos/vaga. Chama atenção também o curso de Geografia, que apesar de ser o sétimo em termos de relação candidato/vaga, é o terceiro com maior nota mínima para ingresso.

Os cursos noturnos de Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Química e Licenciatura em Física, também implantados em 2009, apresentaram, em média, 1,2, 1,6 e 1,0 candidato/vaga, respectivamente, nos vestibulares de 2009 a 2011. Atualmente, são mais concorridos que os cursos de Matemática, Química e Física, ofertados no período integral, contudo, demandam uma menor pontuação mínima para ingresso.

Refletindo a respeito do nível de prestígio dos cursos de graduação, Patrocino (2013) aponta duas variáveis comumente utilizadas para medi-lo: a relação candidato/vaga e a nota mínima necessária para aprovação no processo seletivo. Quanto maior a relação candidato/vaga e a pontuação mínima para ingresso, maior o prestígio do curso, do ponto de vista acadêmico, de valorização social e em termos de retorno financeiro.

Pesquisas realizadas por Gatti (2010), Diniz-Pereira (2011), Souza e Aranha (2014) entre outros, apontam que os cursos de licenciatura, de um modo geral, apresentam baixa relação candidato/vaga, demandam uma baixa pontuação para ingresso e são pouco valorizados socialmente, academicamente e economicamente. Nessa perspectiva, a alta concorrência pelos cursos de licenciatura da UFV *campus* Viçosa após a abertura da universidade a grupos menos favorecidos, como os cotistas negros e os cotistas oriundos da rede pública, respalda nossa tese de autoseleção socioeconômica e cultural na escolha dos mesmos.

Mas quais as implicações da escolha por um curso superior por autoseleção socioeconômica e cultural? Conforme já afirmamos, nesses casos, os indivíduos escolhem o que é possível em detrimento do desejado. Analisando o processo de escolha por um curso superior para além da escala macrosociológica e coletiva e, refletindo a partir da individualidade dos sujeitos, observamos que as preferências, os gostos e os projetos de vida de cada um assumem lugar de destaque.

Nesse contexto, estudantes cotistas e ingressantes por meio do ENEM/SISU que escolheram seus cursos com base na facilidade de ingresso, poderão encontrar maiores dificuldades de adaptação ao curso e à universidade, pois seus gostos e seus interesses reais conflitariam com o que é oferecido pelo curso. Nogueira e Pereira (2010, p. 2010) ao analisarem a escolha pelo curso de pedagogia afirmam que “o gosto aparece com uma relativa autonomia em relação às condições objetivas dos agentes. Ele tem uma história própria”.

De acordo com Gatti (2009), em trabalho sobre a escolha por um curso superior entre estudantes do Ensino Médio, a realização pessoal, o prazer e o desejo de exercer determinada profissão são fatores preponderantes para a escolha. Em pesquisas sobre o processo de escolha pelo curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Patrocino (2013), Zaneti *et al.* (2014) e Castelo-Branco (2015) constataram que a afinidade e o gosto dos estudantes por áreas específicas da Biologia são um dos principais motivos da escolha pelo curso, em alguns casos, demonstrando uma relação afetiva com a disciplina desde o Ensino Médio.

Conflitos decorrentes da escolha por um curso superior pautada apenas na facilidade de ingresso podem levar, inclusive, à evasão dos estudantes. Segundo Tigrinho (2008), uma das causas de evasão no ensino superior é justamente a escolha equivocada pelo curso superior e pela carreira profissional. Em uma análise mais otimista, a escolha errada poderia determinar a utilização de estratégias corretivas da escolha, ou seja, o estudante poderia se candidatar a outros processos seletivos ou transferir-se de curso dentro da própria instituição. O trabalho de Castro *et al.* (2010) que buscou responder à questão: como se escolhe ou se é escolhido para ser professor de Biologia? aponta ainda, que muitos estudantes reprovados em processos seletivos para cursos de maior prestígio da área de Ciências Biológicas e da Saúde, como Medicina; Medicina Veterinária, Odontologia, Farmácia, entre outros acabam por buscar

ingresso no Ensino Superior através de cursos onde a facilidade de ingresso é maior como é o caso da Licenciatura em Ciências Biológicas. Em função da “não escolha”, esses licenciandos desenvolvem ao longo do curso estratégias corretivas como: mudança de curso ou o direcionamento do foco de sua formação para futura atuação profissional na área do bacharelado e da pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados quantitativos referentes à relação candidato/vaga e à pontuação mínima para ingresso nos cursos de licenciatura da UFV *campus* Viçosa antes e após a adesão da instituição ao ENEM/SISU e à “Lei de Cotas”, analisados a partir do referencial teórico da Sociologia da Educação, apontam a ocorrência de autosseleção socioeconômica e cultural na escolha pelos cursos de licenciatura, em especial, aqueles oferecidos no período noturno, com histórico de baixa relação candidato/vaga até 2011, ano que antecedeu a adesão da universidade à “Lei de Cotas” e ao ENEM/SISU.

A escolha por um curso superior por meio do processo de autosseleção socioeconômica e cultural, muitas vezes, é uma escolha baseada no possível em detrimento do desejado, e em última análise, levaria os sujeitos a evadirem ou a traçarem estratégias de correção da escolha como: transferência, reingresso em outros cursos e direcionamento da formação para outras áreas de atuação profissional como o bacharelado e a pesquisa.

Por fim, consideramos que as reflexões apresentadas nesse artigo são fundamentais para que a comunidade acadêmica atente-se para a temática da escolha por um curso superior após a adesão das IES à “Lei de Cotas” e ao ENEM/SISU. Contudo, ressaltamos que essas análises são preliminares. Pesquisas de abordagem quali-quantitativa que busquem compreender em profundidade essa problemática são pertinentes e necessárias, pois auxiliarão na avaliação da eficácia da “Lei de Cotas” e o ENEM/SISU, enquanto políticas de ação afirmativa para acesso ao ensino superior.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S. C. S. *O acesso do negro às instituições de ensino superior e a política de cotas: possibilidades e limites a partir do “caso” UENF*. Campos dos Goytacazes: PPGPS/UENF, 2006. Dissertação (Mestrado

em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2006.

AMARAL, S. C. S.; MELLO, M. P. Cotas para Negros e Carentes na Educação Pública Superior: análise do caso UENF de 2004 a 2010. *InterSciencePlace*, v. 1, p. 25-49, 2012.

BRASIL. *Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M. A. (org.), *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARDOSO, F. H. Pronunciamento do Presidente da República na Abertura do Seminário Multiculturalismo e Racismo. In: SOUZA, Jessé. (Org.) *Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 13-17.

CASTRO, S. M. V.; BRANDÃO, Z.; NASCIMENTO, I. P. Biólogo ou professor de biologia: um estudo entre estudantes do curso de licenciatura em ciências biológicas. In: I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividades e Educação-SIRSSE, 2011, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

CASTELO BRANCO, A. L. *O processo de escolha de estudantes universitários pelo curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e a escassez de professores de Biologia no Ensino Médio: possíveis relações*. 2015. 230f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2015.

DINIZ-PEREIRA, J. E. O ovo ou a galinha: a crise da profissão docente e a aparente falta de perspectiva para a educação brasileira. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 92, p. 34-51, 2011.

GATTI, B. A. *Atratividade da carreira docente no Brasil*. In: Fundação Victor Civita. Estudos e pesquisas educacionais. São Paulo: FVC, 2009, v. 1, n. 1.

_____. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GOMES, J. B. B. Discriminação, princípio da Igualdade e Ação Afirmativa (uma abordagem teórica). In: _____ (Org.) *Ação Afirmativa & Princípio Constitucional da Igualdade*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 16-60.

- GUIMARÃES, A. S. A. Desigualdades sociais em novo regime de estado: as ações afirmativas no governo Lula. In: *XXVII Congresso Internacional da LASA*, Montreal, 2007.
- LAHIRE, B. *Sucesso Escolar nos meios populares: as razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.
- MAGGIE, Y.; FFY, P. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 67-80, 2004.
- MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da universidade de Brasília (UNB). *Horizontes Antropológicos*, v. 11, n. 23, p. 283-285, 2005.
- NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. Sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e contribuições. *Educação & Sociedade*, n. 78, p. 15-36, 2002.
- NOGUEIRA, C. M. M. *Dilemas na análise sociológica de um momento crucial das trajetórias escolares: o processo de escolha do curso superior*. 2004. 185f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2004.
- NOGUEIRA, C. M. M.; ALMEIDA, F. J.; QUEIROZ, K. A. S. A escolha da carreira docente: complexificando a abordagem sociológica. *Revista Vertentes*, São João Del Rei, MG, v. 19, n. 1, 2010.
- NOGUEIRA, C. M. M.; PEREIRA, F. G. O gosto e as condições de sua realização: a escolha por pedagogia entre estudantes com perfil social e escolar mais elevado. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 15-38, 2010.
- NÓVOA, A. O passado e o presente dos professores. In: _____ (Org.). *Profissão Professor*. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995.
- PATROCINO, L. B. *Hierarquia bacharelado/licenciatura em diferentes áreas do conhecimento: uma análise da UFMG*. 2013.142f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2013.
- PAUL, J. J.; SILVA, N. V. Conhecendo o seu lugar: a auto-seleção na escolha de carreira. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 14, n. 1, p. 115-130, 1998.
- QUEIROZ, D. M. Desigualdade no Ensino Superior: Cor, Status e Desempenho. In: *27ª Reunião da ANPED. Novo Governo. Novas políticas?* Caxambu, 2003. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/>>. Acesso em: 07 out. 2014.
- SARAIVA, A. C. L. C.; FERENC, A. V. F. A escolha profissional do curso de Pedagogia: análise das representações sociais de discentes. In: *33ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)*, 2010, Caxambu. *Anais...* Educação no Brasil: O Balanço de uma Década. Rio de Janeiro, RJ: ANPED, 2010. p. 1-16.
- SANTOS, A. P.; CERQUEIRA, E. A. Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes. *IX Colóquio internacional sobre gestão universitária na América do Sul*, Florianópolis – Brasil, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino%20Superior%20trajetoria%20historica%20e%20politicas%20recentes.pdf?sequence=1>>.
- SOUZA, J. V.; ARANHA, A. V. S. As licenciaturas na atualidade: nova crise? *Educar em Revista*, n. 50, p. 69-86, 2013.
- ZANETI, J. C.; ZANATA, E. M.; CARNEIRO, M. C. A escolha da carreira docente segundo os licenciandos em Ciências Biológicas. In: *XI Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores, I Congresso Nacional de Formação de Professores*, 2011, Águas de Lindóia/SP. Por uma política nacional de formação de professores, 2011. p. 89-99
- ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.

*Process for choosing a top course after “quota law”
and the ENEM / SISU: the case of degree courses
of Campus UFV Viçosa*

ABSTRACT

The aim of this paper is to present the results of a survey that allowed us to reflect on the process of choice for higher education, specifically the degree courses, following the accession of UFV campus Viçosa the “Quota Law” and the ESMS/SISU in 2012. The research approach is quantitative. Data on candidate/opening ratio and the minimum score required for admission to degree courses, were removed from the site selection process UFV and analyzed using descriptive statistics and theoretical framework of the sociology of education. The results indicate the occurrence of socioeconomic and cultural autoseleção in the choice of degree courses in Biological Sciences (night), Early Childhood Education, Bachelor of Dance, among others, that, by the year 2011, the selection process had historical low ratio candidate/vacancy and, from 2012, became the busiest courses traditionally competed for the institution as a degree in Biological Sciences (full), however, remained low minimum scores for admission. The choice of a degree via socioeconomic and cultural autoseleção process is a choice based on possible at the expense of the desired, and in the final analysis, lead the subject to evade or seek correction strategies of choice.

Keywords: Method choice. Courses of degree. Affirmative action policies.

Data de recebimento: 28/03/2016

Data de aprovação: 24/05/2016

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*